

A. I. N° - 300449.0012/20-4
AUTUADO - B GUIMARÃES COTTA EIRELI
AUTUANTE - ANTÔNIO FERNANDO CAMPOS PEDRASSOLI
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ COSTA DO CACAU
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 14/05/2024

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0078-03/24-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Comprovados os pagamentos realizados pelo Autuado, não subsiste a exigência fiscal, com base nos valores apurados no levantamento fiscal como saldo devedor do imposto. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 26/03/2020, refere-se à exigência de R\$ 425.899,28 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em decorrência da seguinte irregularidade:

Infração 01 – 02.01.01: Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de janeiro, abril, junho a outubro de 2018.

O Autuado apresentou impugnação às fls. 22 a 26 do PAF. Comenta sobre a tempestividade da defesa, ressaltando que em virtude da Pandemia COVID-19, conforme Decretos Estaduais n°s 19.672, 19.701, 19.757, 19.838 e 19.886, razão pela qual a data final para protocolo somente ocorrera em 14 de outubro de 2020.

Sendo assim, considerando a suspensão dos prazos e que o protocolo da defesa se deu em 14 de outubro de 2020, afirma restar demonstrada a tempestividade.

Informa que é pessoa jurídica de direito privado, tendo como objeto social principal o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, consoante descrito no Contrato Social (doc. 03).

Reproduz a descrição da infração, os dispositivos considerados infringidos, a multa aplicada e afirma que a infração apontada não merece subsistir, haja vista evidente equívoco por parte da Fazenda Estadual, eis que não há qualquer crédito tributário a ser cobrado ou penalidade a ser aplicada.

Nos fundamentos jurídicos, menciona ensinamentos de Paulo de Barros Carvalho e diz que na presente demanda, o Autuante entendeu que o impugnante deixou de recolher o ICMS no prazo devido, nos valores e competências constantes no demonstrativo de débito.

Alega que se pode observar nos documentos anexos, que o ICMS foi devidamente recolhido nas competências de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2018 no prazo regulamentar, enquanto as competências de janeiro e abril de 2018 já são objeto dos Processos Administrativos Fiscais n°s 850.000.1485/18-6 e 850.000.2515/18-6, respectivamente, conforme quadro abaixo.

COMPETENCIA	DATA DE PAGAMENTO/LANÇAMENTO
01/2018	PAF n° 850.000.1485/18-6
04/2018	PAF n° 850.000.2515/18-6

06/2018	Pagamento em 09.07.2018 (doc. 05 e 06)
07/2018	Pagamento em quatro datas: 10.08.2018, 14.08.2018, 17.08.2018, 20.08.2018 (doc. 07, 08, 09, 10, 11 e 12)
08/2018	Pagamento em 10.09.2018 (doc. 13, 14 e 15)
09/2018	Pagamento em 09.10.2018 (doc. 16 e 17)
10/2018	Pagamento em 09.11.2018 (doc. 18 e 19)

Sendo assim, uma vez demonstrado o pagamento do tributo nas competências de junho a outubro de 2018 conforme disciplinam os artigos 2º, inciso I, e 32 da Lei n. 7.014/96 c/c o artigo 332, inciso I, do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia, bem como a duplicidade de cobrança referente às competências de janeiro e abril de 2018, afirma que não restam dúvidas quanto à improcedência deste Auto de Infração.

Diante de todo o exposto, considerando os fundamentos fáticos e jurídicos apresentados, requer a Improcedência da autuação, afirmando que não há qualquer crédito tributário a ser pago, seja pela quitação em momento adequado conforme disciplinado na legislação de regência, seja pela duplicidade de cobrança.

O Autuante presta informação fiscal às fls. 29/30 dos autos. Inicialmente, registra que a data final (14/10/2020) para protocolo da defesa foi ultrapassada, conforme demonstra o próprio protocolo SIPRO apresentado pelo Autuado. Assim, a defesa é intempestiva.

Afirma que, erroneamente, alguns meses referentes à infração autuada foram digitados no PAF com o exercício incorreto (2018, quando deveria ser 2019, para os meses de junho a outubro).

Informa que de acordo com o demonstrativo de cálculo acostado ao PAF, os meses corretos são os seguintes:

Janeiro/2018 – R\$ 32.443,43;

Abril/2018 – R\$ 91.697,24;

Junho/2019 – R\$ 52.192,32;

Julho/2019 – R\$ 70.777,34;

Agosto/2019 – R\$ 53.314,93;

Setembro/2019 – R\$ 58.797,57;

Outubro/2019 – R\$ 66.676,45.

Diz que o período fiscalizado compreendeu os meses de janeiro/2018 a novembro/2019. Por conta do desmembramento efetuado pelo SLCT, a cobrança de parte dos meses ficou nesse PAF e as demais, referentes à Infração 03.01.01 ficou no PAF 300449.0014/20-7.

Com relação a janeiro/2018 e abril/2018, diz que a defesa afirmou que a quitação ocorreu em outros PAFs, mas não acostou documento comprobatório.

Quanto aos meses de junho/2019 a outubro/2019, diz que a defesa apresentou documentos referentes a meses diferentes, não por sua culpa, mas por conta do erro já assinalado.

Assim, considerando que ainda não existe relator designado, submete à apreciação do Sr. Inspetor Fazendário, quanto à reabertura do prazo de defesa, para que o autuado possa se pronunciar e comprovar a quitação do imposto cobrado referente aos meses de janeiro e abril de 2018; junho a outubro de 2019.

O Defendente foi intimado e apresentou manifestação às fls. 35 a 37 do PAF. Comenta sobre a tempestividade, destacando que a ciência da Informação Fiscal se deu em 19.07.2022, restando patente a tempestividade do protocolo datado em 27.07.2022.

Inicialmente, destaca a tempestividade da Impugnação Administrativa protocolada em 14 de outubro de 2020, lembrando da suspensão dos prazos de impugnações e recursos em virtude da Pandemia COVID-19.

Conclui que não merece prosperar a alegação do Auditor Fiscal no sentido de que a Impugnação Administrativa foi protocolada intempestivamente, eis que resta comprovada a data do protocolo pelo meio correto (e-mail, conforme carta de serviços) no dia do prazo final.

Diz que o Autuante também aduz que, no tocante à infração 02.01.01, foram digitados alguns meses com o exercício incorreto (2018, quando deveria ser 2019, para os meses de junho a outubro).

Por conta disso, solicitou a reabertura do prazo de defesa, bem como a comprovação de quitação do tributo cobrado referente aos meses de janeiro/2018, abril/2018, junho/2019, julho/2019, agosto/2019, setembro/2019 e outubro/2019.

Sendo assim, atendendo à solicitação, informa a duplicidade na cobrança das competências supramencionadas, bem como que o imposto correspondente a essas competências já foi devidamente pago:

MÊS	VALOR	LANÇAMENTO	ANEXO
jan/18	32.443,43	850000.2515/18-6	Doc. 02
abr/ 18	91.697,24	850000.2515/18-6	Doc. 02
jun/19	52.192,32	850000.4273/19-8	Doc. 03
jul/19	70.777,34	850000.5137/19-0	Doc. 04
ago/ 19	53.314,93	850000.7173/19-4	Doc. 05
set/19	58.797,57	850000.7173/19-4	Doc. 05
out/ 19	66.676,45	850000.8930/19-3	Doc. 06

Nesse sentido, considerando o pagamento dos tributos em questão, afirma que resta clara a impossibilidade de prosseguimento da presente autuação, eis que, como se sabe, o pagamento extingue o crédito tributário, nos termos do artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional.

Diante de todo o exposto, considerando os elementos fáticos e jurídicos acima aduzidos, apresenta os esclarecimentos e os documentos solicitados pelo Auditor Fiscal, bem como reitera os termos da Impugnação Administrativa apresentada para requerer a improcedência da autuação.

Segunda Informação Fiscal foi prestada pelo Autuante à fl. 53, ressaltando que a intimação ordenada pela diligência foi realizada em 19/07/2023. Diz que o prazo assinalado de dez dias encerrou em 31/07/2023, portanto, a nova manifestação do Autuado é extemporânea.

Pede que o PAF seja encaminhado ao CONSEF para apreciação.

VOTO

Na primeira Informação Fiscal, o Autuante afirmou que a defesa apresentada pelo Contribuinte é intempestiva, registrando que a data final (14/10/2020) para protocolo da defesa foi ultrapassada, conforme demonstra o próprio protocolo SIPRO apresentado pelo Autuado.

O Defendente esclareceu que em virtude da Pandemia COVID-19, considerando a suspensão dos prazos, conforme Decretos Estaduais nºs 19.672, 19.701, 19.757, 19.838 e 19.886, a data final para

protocolo somente ocorrera em 14 de outubro de 2020, restando demonstrada a tempestividade da defesa.

Na Segunda Informação Fiscal, o Autuante comentou, ainda, sobre a tempestividade da manifestação do Autuado que foi registrada e postada via Correios.

Observo que em razão da pandemia “Covid 19” e com a utilização dos recursos tecnológicos e digitais, é considerado normal o Contribuinte ou seu representante legal apresentar defesas e manifestações por meio eletrônico, de forma que a impugnação assinada, digitalizada e protocolada ou enviada eletronicamente no prazo estabelecido em Lei (considerando a suspensão dos prazos processuais), deve ser acatada. Dessa forma, entendo que deve ser superado o argumento do Autuante quanto ao prazo da defesa.

O autuado apresentou impugnação, demonstrando seu inconformismo com a autuação e interesse em apresentar provas de suas alegações. Assim, em nome da verdade material, da garantia de ampla defesa, e com base nos princípios da razoabilidade, da eficácia e da economia processual, deve ser apreciada a defesa apresentada e efetuado o necessário julgamento.

O presente Auto de Infração trata da falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, indicando na descrição da infração que se refere aos meses de janeiro, abril, junho a outubro de 2018.

O Defendente reproduziu o demonstrativo de débito do Auto de Infração e afirmou que o ICMS das competências de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2018 foi recolhido no prazo regulamentar, enquanto as competências de janeiro e abril de 2018 foram objeto dos Processos Administrativos Fiscais nºs 850.000.1485/18-6 e 850.000.2515/18-6, respectivamente, conforme quadro que elaborou à fl. 25 do PAF.

Na Informação Fiscal, o Autuante afirmou que, erroneamente, alguns meses referentes à infração autuada foram digitados no PAF com o exercício incorreto (2018, quando deveria ser 2019, para os meses de junho a outubro). Informou os valores apurados e os respectivos meses corretos.

Quanto à possibilidade de mudança no fulcro da autuação ou do período da exigência fiscal originalmente efetuada, tal mudança não é admitida no lançamento tributário, haja vista que, depois de realizado o lançamento e se conclui que o fato era outro ou mudança do período autuado, e não aquele imputado ao sujeito passivo, impõe-se a anulação do lançamento para que, mediante nova ação fiscal, seja renovado o procedimento a salvo dos vícios.

Entretanto, considerando que no levantamento original (fl. 08 do PAF), foram indicados os meses corretos do débito apurado e o fato de o Defendente ter apresentado comprovantes de que foi efetuado pagamento do imposto ou inseridos valores exigidos em outros PAFs, constato que há possibilidade de se avaliar e decidir o mérito da autuação, o que será realizado a seguir.

De acordo com as informações do Autuante, e levantamento fiscal à fl. 08 do PAF, os meses corretos são os seguintes: Janeiro/2018 – R\$ 32.443,43; Abril/2018 – R\$ 91.697,24; Junho/2019 – R\$ 52.192,32;

Julho/2019 – R\$ 70.777,34; Agosto/2019 – R\$ 53.314,93; Setembro/2019 – R\$ 58.797,57; Outubro/2019 – R\$ 66.676,45.

O Defendente afirmou que o imposto o imposto correspondente a essas competências já foi devidamente pago (conforme quadro abaixo reproduzido), restando clara a impossibilidade de prosseguimento da presente autuação,

MÊS	VALOR	LANÇAMENTO	ANEXO
jan/18	32.443,43	850000.2515/18-6	Doc. 02

abr/ 18	91.697,24	850000.2515/18-6	Doc. 02
jun/19	52.192,32	850000.4273/19-8	Doc. 03
jul/19	70.777,34	850000.5137/19-0	Doc. 04
ago/ 19	53.314,93	850000.7173/19-4	Doc. 05
set/19	58.797,57	850000.7173/19-4	Doc. 05
out/ 19	66.676,45	850000,8930/19-3	Doc. 06

Observo que os Anexos mencionados pelo Defendente no quadro acima reproduzido, são espelhos ou extratos do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT desta SEFAZ, nos quais se percebe a indicação dos respectivos números dos PAFs e a situação de “baixa por pagamento” ou “homologado”.

Na segunda Informação Fiscal, o Autuante apenas mencionou o prazo para apresentação da manifestação pelo Defendente e solicitou o encaminhamento do PAF para julgamento.

Concluo que não está comprovada nos autos a existência de irregularidades que comprometam a eficácia dos pagamentos realizados pelo Autuado e não subsiste a exigência fiscal, com base nos valores apurados no levantamento fiscal como saldo devedor do imposto, sem comprovação do respectivo recolhimento.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **300449.0012/20-4**, lavrado contra **B GUIMARÃES COTTA EIRELI**.

Esta Junta de julgamento Fiscal, recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a” item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558, com efeitos a partir de 17/08/18.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 17 de abril de 2024

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA